

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VIA-BAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Professor Magalhães Neto, nº. 1.856, conjunto 1305, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.670.314/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, , inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidores:

(c) **GRUPO ISOLUX CORSÁN S.A.**, sociedade anônima existente e organizada de acordo com as leis da Espanha, com sede na cidade de Madri (Espanha), na calle Caballero Andante, nº 8 e CIF nº A84173947, neste ato representado na forma dos seus atos constitutivos ("Grupo Isolux");

(d) **ISOLUX CORSÁN CONCESIONES, S.A.**, sociedade anônima existente e organizada de acordo com as leis da Espanha, com sede na cidade de Madri (Espanha), na calle Caballero Andante nº 8, e CIF nº A-84464247, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos ("Isolux");



(e) **ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, inscrita no CNPJ sob o nº 55.333.769/0001-13, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Encalso");

(f) **ENGEVIX ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3.571, inscrita no CNPJ sob o nº 00.103.582/0001-31, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Engevix" e, conjuntamente com Grupo Isolux, Isolux e Encalso, as "Garantidoras");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de dezembro de 2009 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A prestação de fiança pelo Grupo Isolux descrita no item 4.16 abaixo, nos termos desta Escritura de Emissão, é autorizada nos atos constitutivos do Grupo Isolux.

1.3. A prestação de fiança pela Encalso descrita no item 4.16 abaixo, bem como a prestação da garantia descrita no item 4.17(i) abaixo, nos termos desta Escritura de Emissão foram autorizadas pelos sócios da Encalso em Reunião de Sócios realizada em 15 de dezembro de 2009 ("RS Encalso").

1.4. A prestação da fiança pela Engevix descrita no item 4.16 abaixo, bem como a prestação da garantia descrita no item 4.17(i) abaixo, nos termos desta Escritura de Emissão foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Engevix, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2009 ("RCA Engevix").



1.5. A prestação da garantia descrita no item 4.17(i) abaixo pela Isolux, nos termos desta Escritura de Emissão, é autorizada nos atos constitutivos da Isolux.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado da Bahia e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEBA") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado da Bahia e (ii) jornal Tribuna da Bahia, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

A ata da RS Encalso será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo..

A ata da RCA Engevix será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Jornal Empresas e Negócios.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEBA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança das Garantidoras

Os contratos de fiança a que se refere o item 4.16 abaixo, por meio dos quais foram constituídas as fianças prestadas pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas, deverão ser registrados pela Emissora junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Do-

cumentos competentes, indicados nos referidos contratos. Após o registro dos contratos de fiança, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original de cada contrato registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do registro.

2.5. Registro das Garantias Reais

Os contratos de garantia real a que se refere o item 4.17 abaixo, por meio dos quais foram constituídas as garantias reais, deverão ser registrados pela Emissora junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, indicados nos referidos contratos. Após o registro dos contratos de garantia real, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original de cada contrato registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do registro.

A alienação fiduciária das ações de emissão da Emissora deverá ser averbada no livro de registro de ações da Emissora, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações. Após a averbação, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma cópia do livro de registro de ações da Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de averbação.

2.6. Registro para Colocação

2.6.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito no item 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.7. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")



2.7.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição que não encontra amparo legal no código de auto-regulação da ANBIMA para as ofertas públicas de distribuição e aquisição de valores mobiliários.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures (as "Debêntures").

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados a financiar o Projeto de Concessão Rodoviária que engloba as rodovias BR116 (BA), R324 (BA), BA526 e BA 528 ("Projeto").

3.5. Limite da Emissão

A Emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações dado que, na Data de Emissão, o valor dos bens dados em garantia real nos termos do item 4.17 desta Escritura de Emissão é de R\$5.749.707.310,48 (cinco bilhões, setecentos e quarenta e nove milhões, setecentos e sete mil, trezentos e dez reais e quarenta e oito centavos), sendo, portanto, o Valor Total da Emissão inferior a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens dados em garantia real, nos termos do item 4.17.

3.6. Número da Emissão



Esta Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário da presente Emissão ("Banco Mandatário") e a Itaú Corretora de Valores S.A. será o agente escriturador das Debêntures ("Agente Escriturador").

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Standard de Investimento S.A. ("Oferta Restrita" e "Coordenador Líder", respectivamente), em conjunto com o Banco ABC Brasil S.A., Pine Investimentos DTVM S.A., BB – Banco de Investimento S.A., Banco Fibra S.A., BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), sob regime de garantia firme de colocação.

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, confor-

me alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures ("Data de Emissão") será o dia 22 de dezembro de 2009.

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas no SND – Módulo Nacional de Debêntures o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas após a obtenção do registro desta Escritura de Emissão na JUCEBA. O preço de subscrição das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, em conformidade com o cronograma constante do item 4.6.3 abaixo, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.3. A integralização das Debêntures será realizada de acordo com o seguinte cronograma (sendo cada data de integralização de Debêntures uma "Data de Integralização"):

- (a) o valor correspondente a 34% (trinta e quatro por cento) do Valor Total da Emissão será integralizado à vista, na data de subscrição;
- (b) o valor correspondente a 33% (trinta e três por cento) do Valor Total da Emissão será integralizado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de subscrição; e
- (c) o valor correspondente a 33% (trinta e três por cento) do Valor Total da Emissão será integralizado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de subscrição.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures vencerão em 22 de dezembro de 2010 (a "Data de Vencimento").

4.8. Amortização

A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, equivalentes a 100,0% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo",

calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidos de uma sobretaxa de 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, sendo paga na referida Data de Vencimento.

4.9.2.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = Valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de "Spread", calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.
- VNe = Valor Nominal de emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.
- FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

- FatorDI = Produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

- n_{DI} = Número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
- p = Percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;
- TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas



decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*).

FatorSpread = Spread ou Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo.;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde:

Spread = corresponde ao *Spread* de 5,00 ao ano; e
 n = número de dias úteis entre a data do último evento e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.3. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível na ocasião, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.2.4. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, em caso de extinção da Taxa DI, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.2.5. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.3. A Remuneração será paga em uma única parcela, na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração, ou à data em que ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório ou a Amortização Compulsória, conforme o caso (conforme definidos abaixo).

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Garantidoras após aprovação em Assembléia Geral de Debenturistas conforme Cláusula VII abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEBA.

4.12. Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Compulsória

4.12.1. A Emissora deverá obrigatoriamente realizar o resgate antecipado total ("Resgate Antecipado Obrigatório") ou a amortização compulsória parcial das Debêntures ("Amortização Compulsória"), conforme o caso, na hipótese de ocorrer, entre a data de subscrição das Debêntures e a Data de Vencimento, o efetivo desembolso de um ou mais empréstimos em favor da Emissora, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e/ou pelo Banco do Nordeste do Brasil (o "Empréstimo").

4.12.2. Caso o valor do Empréstimo seja suficiente para resgatar a totalidade das Debêntures, a Emissora deverá efetuar o Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade das Debêntures. Caso o valor do Empréstimo não seja suficiente para resgatar a totalidade das Debêntures, a Emissora deverá efetuar a Amortização Compulsória, de forma proporcional entre todos os Debenturistas.

4.12.3. O Resgate Antecipado Obrigatório e a Amortização Compulsória, conforme o Caso, serão operacionalizados da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado Obrigatório por meio de comunicação endereçada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da totalidade dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Compulsória"), com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Compulsória, conforme o caso, incluindo: (a) a data para o Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Compulsória das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) no caso da Amortização Compulsória, o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data indicada para o pagamento da Amortização Compulsória; e (c) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e

- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Compulsória, conforme o caso, será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado Obrigatório, calculada nos termos do item 4.9 desta Escritura de Emissão, não sendo devido pela Emissora aos Debenturistas nenhum prêmio em decorrência do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Compulsória, conforme o caso ("Preço de Resgate ou Amortização Compulsória"); e
- (iii) o pagamento do Preço de Resgate ou Amortização Compulsória deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.18 abaixo.

4.12.4. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP da realização do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Compulsória, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Compulsória, conforme o caso.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão da Debênture, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) caso se provem falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pelas Garantidoras nesta Escritura de Emissão e nos contratos de garantia indicados nos itens 4.16 e 4.17 abaixo;
- (b) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação ou pedido de falência (desde que a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras não efetue o depósito elisivo no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação do pedido de falência), ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras;



- (c) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou as ações do capital social da Emissora;
- (d) não cumprimento pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (e) não cumprimento, pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou qualquer das Garantidoras;
- (f) mora e/ou não cumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, de qualquer obrigação prevista nos contratos de garantia a que se referem os itens 4.16 e 4.17 desta Escritura de Emissão;
- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras, em qualquer caso ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) se em relação à Emissora e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) se em relação a qualquer das Garantidoras, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se (a) tal protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras e aceitas pela autoridade judicial competente, garantias em juízo;
- (h) inclusão da Emissora e/ou qualquer das Garantidoras em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 10 (dez) dias úteis, cujo valor individualmente ou em conjunto, do fato que resultou sua inclusão no cadastro de proteção ao crédito seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) se em relação à Emissora e

R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) se em relação a qualquer das Garantidoras;

- (i) não cumprimento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou qualquer das Garantidoras envolvendo um valor, individualmente ou em conjunto, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) se em relação à Emissora ou R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) se em relação a qualquer das Garantidoras, desde qual tal inadimplemento não esteja sendo questionado de boa-fé pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras e que não seja comprovado o cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (j) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitem em julgado em face da Emissora e/ou qualquer das Garantidoras que, individualmente ou em conjunto, resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento para a Emissora de valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) se em relação à Emissora ou R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) se em relação a qualquer das Garantidoras, para as quais a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras não tenha feito provisão para pagamento;
- (k) não renovação, cancelamento, revogação, suspensão ou limitação de parcela relevante das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (l) caso (a) as garantias reais e fidejussórias de que tratam os itens 4.16 e 4.17 sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora, pelas Garantidoras ou por terceiros, de forma que possa afetar o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos respectivos contratos de garantia, desde que as garantias não sejam substituídas pela Emissora ou pelas Garantidoras, conforme o caso, no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; (b) as garantias reais de que trata o item 4.17 não forem devidamente constituídas; (c) as garantias reais de que trata o item 4.17 não

forem aprovadas pela ANTT no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura dos respectivos contratos de garantia; ou (d) as garantias fidejussórias e reais de que tratam os itens 4.16 e 4.17, de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas;

- (m) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou qualquer das Garantidoras ou empresas controladas ou coligadas da Emissora e/ou qualquer das Garantidoras, se houver;
- (n) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras que possa, de qualquer modo relevante, vir comprovadamente a prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou qualquer das Garantidoras nesta Escritura de Emissão;
- (o) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (p) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora sem a prévia autorização da ANTT, nos termos da cláusula 22.3 do Contrato de Concessão;
- (q) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) alteração substancial do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora na data desta Escritura de Emissão, que modifique substancialmente as atividades por ela praticadas;
- (s) realização de qualquer pagamento de dividendos caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) caso a Emissora não utilize imediatamente o valor do Empréstimo para efetuar o Resgate Antecipado Obrigatório ou a Amortização Compulsória das Debêntu-



res, conforme o caso, em conformidade com o item 4.12 desta Escritura de Emissão;

- (u) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (v) realização de redução de capital social da Emissora e/ou qualquer das Garantidoras;
- (w) não cumprimento, pela Emissora, da apresentação aos Coordenadores, em até 90 (noventa) dias contados da primeira integralização das Debêntures, conforme previsto no item 4.6.3 acima, de toda a documentação relacionada às questões sócio-ambientais vinculadas ao Projeto.

4.13.1.2. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (g), (h), (i), (j), (k), (l) e (n) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (f), (m), (o), (p), (q), (r), (s), (t), (u), (v) e (w) do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembléia de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação.

4.13.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.1 Independente do disposto no item 4.13.3 acima e sem prejuízo do item 10.1 abaixo, a não instalação das referidas Assembléias de Debenturistas por falta de quo-

rum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração (conforme definida no item 4.9 acima), ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Garantia Fidejussória

4.16.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, o Grupo Isolux, a Encalso e a Engevix prestarão, nas proporções de 55% (cinquenta e cinco por cento), 23% (vinte e três por cento) e 22% (vinte e dois por cento) sobre o Valor Total da E-

missão, respectivamente e os demais termos dos instrumentos particulares de fiança celebrados entre as Garantidoras e o Agente Fiduciário nesta data, fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura.

4.16.2. Para fins de verificação da suficiência da garantia fidejussória prestada, a Emissora obriga-se a entregar ao Agente Fiduciário, até a Data de Emissão, as últimas demonstrações financeiras do Grupo Isolux, da Encalco e da Engevix.

4.17. Garantias Reais

4.17.1. As obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura serão garantidas por:

- (i) um Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Isolux, Encalco e Engevix, na qualidade de acionistas da Emissora, a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, tendo por objeto a alienação fiduciária em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, de 100% das ações de emissão da Emissora (o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações");
- (ii) um Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Emergentes da Concessão sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, tendo como objeto a cessão fiduciária em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito da Emissora sob o Contrato de Concessão, incluindo quaisquer indenizações, penalidades e multa decorrentes do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo), incluindo aquelas devidas na hipótese de rescisão ou extinção do Contrato de Concessão (o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes"). Para os fins da presente Escritura, "Contrato de Concessão" significa o contrato de concessão celebrado em 3 de setembro de 2009, entre a Emissora e a União, por meio da ANTT, por meio a União concedeu à Emissora a concessão para exploração de certos trechos das rodovias BR 116, BR 324, BA 526 e BA 528;

- (iii) um Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, tendo como objeto a cessão fiduciária em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes da arrecadação das praças de pedágio a serem exploradas pela Emissora, bem como de eventuais receitas extraordinárias associadas, em conformidade com o Contrato de Concessão (o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito").

4.17.2. Fica desde já estabelecido que as garantias reais acima mencionadas somente poderão ser executadas pelo Agente Fiduciário na hipótese de inadimplemento pela Emissora bem como pelo Grupo Isolux, pela Encalco e/ou pela Engevix, na qualidade de fiadores, das obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e nos respectivos instrumentos de fiança firmados pelo Grupo Isolux, pela Encalco e/ou pela Engevix, nos termos do item 4.16 acima.

4.18. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Companhia, se for o caso.

4.19. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.20. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados, nos termos da

Instrução CVM 476, no jornal Tribuna da Bahia, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada semestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo semestre;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, qualquer informação que, razoável e justificadamente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) confirmar ao Agente Fiduciário, quando solicitado, por meio de declaração firmada por diretores autorizados a representar a Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.20 acima;
- (vi) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previs-



tos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e

(vii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos contratos de garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento.

(b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(c) disponibilizar aos titulares de Debêntures, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;

(d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(e) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;

(f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;

(g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as de-

monstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (j) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos contratos de garantia;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão e/ou com os contratos de garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (n) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de



qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

- (r) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (s) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, e com as regras emitidas pela CVM;
- (u) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores;
- (v) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (w) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (x) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (y) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e/ou nos contratos de garantia, no que for aplicável;
- (z) manter os documentos mencionados na alínea (x) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



- (aa) cumprir as obrigações de não fazer constantes da cláusula 8.5 do Contrato de Concessão;
- (bb) cumprir as obrigações de fazer constantes da cláusula 8.2 do Contrato de Concessão;
- (cc) não contratar novos empréstimos ou financiamentos, à exceção do Empréstimo, para financiamento do Projeto;
- (dd) não realizar distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, redução de capital ou qualquer outra forma de pagamento aos acionistas, até o pagamento total das Debêntures, exceto pelo montante de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) a ser pago pela Emissora a seus acionistas a título de reembolso pelas despesas incorridas previamente à sua constituição; e
- (ee) obter todas as autorizações necessárias junto a ANTT no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura desta Escritura.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (r) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem;



- (d) despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias fidejussórias e reais objeto dos itens 4.16 e 4.17 acima, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;



- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (k) verificou, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias fidejussórias descritas no item 4.16 e das garantias reais descritas no item 4.17, bem como sua suficiência e exequibilidade, exclusivamente com base nas Demonstrações Financeiras das Garantidoras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

6.2.1. Em relação à declaração constante do item 6.2 (k), o Agente Fiduciário fica desde já eximido de qualquer responsabilidade caso se verifique que as Demonstrações Financeiras das Garantidoras não refletem materialmente sua situação financeira e, como resultado, seja também verificada a insuficiência das garantias referidas acima.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas trimestrais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo devida a primeira em 5 (cinco) dias da data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, serão devidas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias corridos após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora;
- (c) as parcelas citadas na alínea "a" e "b" supra, serão reajustadas pela variação acumulada Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela FGV, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.
- (d) os honorários acima serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido); e (v) IR-RF (Imposto de Renda Retido na Fonte).
- (e) a remuneração prevista na alínea "a" será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança



de inadimplências não sanadas pela Emissora;

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (f) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de solicitação;
- (g) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;



- (i) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - i. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (k) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:



- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CETIP; e
 - d. na sede dos Coordenadores.
- (l) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (m) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (n) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (o) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (p) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares

das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar as garantias pessoais e reais descritas nos itens 4.16 e 4.17 acima, respectivamente, bem como quaisquer outras garantias constituídas em seu favor na qualidade de representante dos Debenturistas, recebendo o valor decorrente dessa execução e repassando-o aos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembléia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13 acima. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à Assembléia Geral de Debenturistas.

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a

data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a substituição ou o reforço da Garantia; ou (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

7.12. As deliberações que digam respeito a: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriurador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta e (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembléias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não

infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles previstos neste Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, representarão corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (l) está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental.

8.2. As Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) são sociedades devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis dos países de constituição;
- (b) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível de cada Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (c) a celebração da presente Escritura e a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.16 e da garantia real objeto do item 4.17 foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu contrato social ou estatuto social, conforme aplicável; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;

- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelas Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura, dos contratos de garantia ou para a realização da Emissão, exceto pela obtenção da autorização prévia da ANTT prevista no item 5.1.(ff), pelo registro desta Escritura na JUCEBA, pelo registro dos contratos de garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, os quais terão sido obtidos e em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (e) a celebração da presente Escritura e a outorga das garantias fidejussória e real objeto dos itens 4.16 e 4.17 não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais as Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem das Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo quaisquer Garantidoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.16 e da garantia real objeto do item 4.17;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes para assumir, em nome de cada uma das Garantidoras, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) as Demonstrações Financeiras das Garantidoras representam corretamente suas respectivas posições financeiras naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências das Garantidoras, responsabilizando-se a Emissora, solidariamente com as Garantidoras, pela veracidade, consistência e completude de tais informações;



- (i) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica das Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas;
- (j) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga das garantias fidejussórias objeto do item 4.16 e da garantia real objeto do item 4.17;
- (k) o patrimônio líquido de cada uma das Garantidoras é, na Data de Emissão, suficiente para arcar com todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura em caso de inadimplemento da Emissora das obrigações ora assumidas.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Avenida Professor Magalhães Neto, 1.856 – conjunto 1.305

Salvador - BA

At.: Otávio Schaer

Telefone: (55xx71) 3276-1779

Fac-símile: (55xx71) 3276-1779

Correio Eletrônico: otavio.schaer@viabahiasa.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro - RJ

At.: Gustavo Dezouart T. Pinto

Telefone: (55xx21) 3514-0000

Fac-símile: (55xx21) 3514-0099

Correio Eletrônico: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br



Para as Garantidoras:

GRUPO ISOLUX CORSÁN S.A.

Calle Caballero Andante, n.º8

Madri, Espanha

At.: Manuel José Garcia Mateos

Tel. 34 91 449-3000

Fac-símile: 34 91 449-3811

e-mail: mgmateos@isoluxcorsan.com

ISOLUX CORSÁN CONCESIONES S.A.

Calle Caballero Andante, n.º8

Madri, Espanha

At.: Manuel José Garcia Mateos

Tel. 34 91 449-3000

Fac-símile: 34 91 449-3811

e-mail: mgmateos@isoluxcorsan.com

ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.

Praça Dom José Gaspar, 134 – 4º andar – conjunto 43

São Paulo - SP

At.: Alberto Bagdade

Telefone: (55xx11) 2171-8900

Fac-símile: (55xx11) 2171-8900

Correio Eletrônico: bagdade@grupoencalso.com.br

ENGEVIX ENGENHARIA S.A.

Alameda Araguaia, 3.571

Barueri - SP

At.: Edson Bouer

Telefone: (55xx11) 2106-0101

Fac-símile: (55xx11) 2106-0103

Correio Eletrônico: edson.bouer@engevix.com.br

Para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

At.: Luiz Loureiro Telefone: (11) 5029-1905

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

At.: Luiz Loureiro

Telefone: (11) 5029-1905

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal

julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DO FORO


11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.




E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 9 (nove) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 22 dezembro de 2009

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

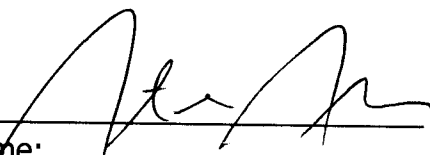


Nome: SÉRGIO AYFONVILHO
Cargo: Director



Nome: OTÁVIO SCHAEFER
Cargo: Gerente

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.




Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva
Cargo: Gerente

Nome:
Cargo:

e, na qualidade de interveniente garantidores,

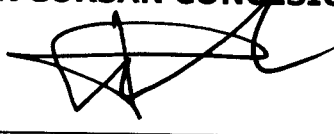
GRUPO ISOLUX CORSÁN S.A.



Nome: MIGUEL GARRIDO
Cargo: PROCURADOR

Nome:
Cargo:

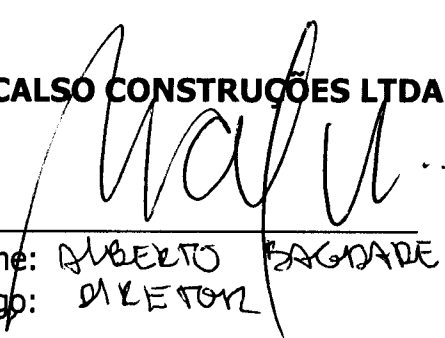
ISOLUX CORSÁN CONCESIONES S.A.



Nome: MIGUEL GARRIDO
Cargo: PROCURADOR

Nome:
Cargo:

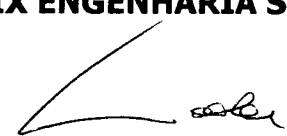
ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.



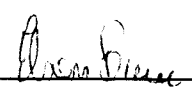
Nome: ALBERTO BAGDADE
Cargo: DIRETOR

Nome:
Cargo:

ENGEVIX ENGENHARIA S.A.



Nome: GERSON DE M. AMADOR
Cargo: V.P.



Nome: EDSON BOVER
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: